

O Crime 02-06-2011	Periodicidade: Semanal	Temática: Justiça
	Classe: Informação Geral	Dimensão: 1525
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
	Tiragem: 510000	Página (s): 1/4/5

ESPECIAL: A JUSTIÇA QUE VAMOS TER

PS COMBATER MOROSIDADE E BUROCRACIA	PSD É PRECISO UMA REVOLUÇÃO!	CDS-PP MAIS AUTORIDADE ÀS POLÍCIAS	CDU SIMPLIFICAÇÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS
--	---	---	---

Págs. 4/5

Propostas dos principais partidos para a área da justiça/crime

A justiça prometida

Oswaldo Pires

Em 5 de Junho, os portugueses vão votar em eleições legislativas para escolher mais um governo. Mas quais são as principais propostas político partidárias para resolver a longa crise que afecta o sector da Justiça?

A crise em Portugal não é só económica, há também uma crise na Justiça, são inegáveis os seus sintomas, a começar pela falta de confiança dos cidadãos no sistema judicial, a falta de organização e o excesso de burocracias que em nada contribuem para o prestígio e necessária funcionalidade da Justiça enquanto pilar do Estado de Direito democrático.

E imprescindível ultrapassar as tensões que são visíveis entre o poder judicial e o poder político, de forma a promover uma reforma profunda neste sector que, no essencial, permanece por realizar, independentemente dos sucessivos programas políticos a que os portugueses estão habituados a "assistir". Há mesmo a necessidade de se combater a crise da Justiça com soluções adequadas à actual situação económica e social do país.

O sistema judicial é, também ele, interpelado pela crise económica, financeira e social do país. Apesar disso, a Justiça tem de ser eficaz, de modo a contribuir para uma sociedade mais equilibrada. Para tal, existem actualmente diversas propostas partidárias, tecidas em contexto eleitoral, onde as principais forças políticas (PS, PSD, CDS-PP e CDU) apresentam as suas soluções para resolver os problemas do sector da Justiça. Curioso é não haver qualquer proposta em concreto da parte do Bloco de Esquerda, pois, conforme Pedro Sales, assessor de imprensa do BE, declarou ao "o Crime", "as únicas propostas eleitorais existentes são de âmbito económico e relacionadas com a crise e o FMI".



Combater a morosidade e a burocracia



Criminalidade violenta

Conforme as medidas do actual governo socialista, agora reduzido a funções de gestão, as Grandes Opções do Plano 2010-2013 traçaram as linhas de orientação da reforma da justiça definindo como prioridades a melhoria do serviço público de justiça que respeite os direitos humanos, mais próximo do cidadão, acessível a todos, mais célere e mais transparente, com mais vias alternativas de resolução de conflitos e mais eficaz na investigação e punição dos crimes.

O PS sublinha a importância do contributo da justiça para a promoção do desenvolvimento económico e da competitividade, criando condições para a segurança jurídica, confiança e

captação de investimento interno e externo.

A criação de novas equipas policiais mistas para prevenir e combater a criminalidade violenta e grave é uma das prioridades anunciadas pelo PS seu programa eleitoral. No combate à criminalidade violenta e grave, os socialistas propõem criar novas equipas mistas, potenciar a utilização do Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e intensificar as operações policiais destinadas a controlar as fontes de perigo.

Policimento de proximidade

Relativamente ao policiamento de proximidade e de segurança comunitária, o PS defende a prioridade à celebração de novos contratos locais de segurança, ao alargamento do Plano Nacional de Videovigilância e à dinamização dos programas de policiamento de proximidade.



O combate à criminalidade económico-financeira e à corrupção permanecerá no centro das políticas, frisando que, por iniciativa dos socialistas, Portugal já dispõe de um Conselho de Prevenção da Corrupção. Outra preocupação dos socialistas di-

rige-se para o reforço da eficácia na prevenção, na investigação e na punição do crime, com a promessa da "criação das melhores condições possíveis" para a acção do Ministério Público e dos órgãos de polícia criminal, com destaque para a Polícia Judiciária.

Os socialistas asseguram que a política de organização e funcionamento dos tribunais continuará a pautar-se pela preocupação de gerar um "impulso de gestão" no sistema de Justiça, por forma a garantir um serviço público de qualidade. A modernização dos tribunais, a implantação da reforma do mapa judiciário, a atribuição de mais poderes e responsabilidades aos órgãos responsáveis pela gestão dos recursos nos tribunais são outras medidas contidas no programa socialista, a par do combate à morosidade processual e à burocracia da máquina judicial.

PSD: 'Revolução' na justiça



O presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, candidato a primeiro-ministro promete fazer «uma revolução da justiça em Portugal». E quer fazer essa reforma com os profissionais da justiça.

Os sociais-democratas propõem-se ainda publicar todos os gastos em consultadoria e eliminar sobreposições de serviços. Outras medidas: gerir melhor, melhorar a formação dos magistrados, aumentar a eficiência, reduzir os custos, combater a corrupção e baixar a pendência processual através da reforma do Código Civil.

Conforme indica no seu programa, para o PSD «é importante o combate à corrupção e à economia informal, com a redução de burocracias».

Os sociais-demo cratas acabar com a excessiva pendência processual, nomeadamente na área civil e desenvolver a justiça arbitral, propondo criar um novo paradigma para a acção declarativa e para a acção executiva, duas áreas da justiça civil.

Nos campos da justiça civil, comercial, laboral, administrativa e fiscal será dado «um passo gigante» se houver meios alternativos aos tribunais, «devendo-se entregar a resolução dos litígios aos tribunais arbitrais».

O PSD dá também uma especial atenção à simplificação processual, a figura das sentenças simplificadas e a redução das formas de processo. É também preconizada uma gestão profissional para os tribunais, através da criação do gestor do tribunal, da circunscrição judicial ou a de um grupo de circunscrições judiciais, libertando o juiz das tarefas e contribuindo, deste modo, para a celeridade judicial.

Sistemas funcionais

Os sociais-democratas comprometem-se a «assegurar a independência judicial e a autonomia do Ministério Público» e dotar o seu Conselho Superior de uma estrutura que reforce a presença de membros externos. Porém, a liderança da Procuradoria-Geral da República «deve ser exercida com maior efectividade, não carecendo do reforço dos seus poderes».

O partido, caso seja governo, quer também reforçar os meios ao dispor do Conselho Superior da Magistratura (CSM), «devendo este órgão ser composto por elementos exteriores à magistratura, designados pelo Presidente da República e pela Assembleia da República».

A segurança das pessoas e do país diz respeito a funções do Estado que não são delegáveis nem privatizáveis, embora possam ser realizadas em cooperação com outros Estados. O principal objectivo nesta área é melhorar as estratégias e a organização e gestão dos meios, no quadro de um novo Sistema de Segurança Nacional que garanta uma efectiva segurança dos cidadãos e dos bens, e a defesa do território nacional e dos interesses estratégicos de Portugal. Este conceito alargado e abrangente de segurança nacional inclui as funções de defesa nacional, defesa militar, protecção civil e de emergência, segurança interna e informações da República e sistema de justiça, enquanto sistemas funcionais articulados e coordenados, de forma a aproveitar a sua polivalência e complementaridade na acção.

Concertar políticas de segurança

Mais autoridade

Para o CDS-PP, «a Justiça é a prioridade e a segurança é uma responsabilidade». Os centristas defendem que um Ministério de Administração Interna (MAI) com autoridade alargada é condição sine qua non de uma política de segurança. Para o CDS não é admissível o actual modelo de organização das forças e serviços de segurança por ser demasiado «disperso e de coordenação frágil».

Conceptualmente, o CDS-PP não se opõe a uma tutela única das forças e serviços de segurança, pois é um modelo que existe noutros países e que não se confunde com a ideia de polícia única. Assim, o debate pode e deve ser feito nesta legislatura.

Na sua visão pragmática, o partido sublinha que o patamar mínimo para uma política coerente e eficaz é dar ao MAI o poder efectivo de supervisão sobre a política penal, processo penal, execução de penas e área prisional. «Sem isto, não há política de segurança que agente a contradição entre a missão da polícia e a configuração de exagerada garantia da política penal e das suas consequências», refere fonte do partido. Por outro lado, esse



patamar mínimo deve incluir uma reforma simples e prática do Conselho Superior de Segurança Interna, conferindo-lhe um certo carácter permanente, sob a autoridade do MAI e com obrigações de garantir a cooperação e coordenação entre forças e serviços, partilha de informações e, se necessário, a direcção táctica de ocorrências graves em concreto, cuja tipologia deve ser definida em lei.

Mediação policial

Porque a segurança «não é compatível com a não renovação dos efectivos», importa reforçar o patrulhamento de proximidade, que é uma realidade só é possível com a libertação de funções aces-



sórias e tanto na GNR como na PSP - e com concursos anuais estáveis, que garantam uma melhoria do dispositivo.

Para tal, os centristas propõem um consenso para que seja aberto rapidamente um novo concurso nas forças de segurança e se recupere, pelo menos parcialmente, o défice de agentes acumulado nos últimos anos. Por

outro lado, os centristas defendem o reforço da investigação criminal, sobretudo nas áreas forense e periciais da PJ.

Defende o CDS-PP que é preciso «dar muita atenção ao SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), em tempo de pressão para a revisão do «Acordo Schengen», reforçar o controlo de fronteiras e intensificar a participação do SEF na FRONTEX e nas organizações internacionais, especialmente no Mediterrâneo, em que Portugal está inserido».

Lentidão na justiça trava desenvolvimento

Reformas nos tribunais

No seu programa eleitoral, a CDU identifica dois problemas centrais na Justiça: a morosidade e os problemas do combate à grande criminalidade. Relativamente à morosidade, o partido acredita que a lentidão da justiça trava o desenvolvimento do país. Segundo fonte da CDU, os problemas da Justiça são crónicos, desde as carências do quadro de magistrados, designadamente no Ministério Público e no quadro de funcionários judiciais; os atrasos na modernização dos tribunais e as deficiências na formação. Assim, é incontornável e necessário, segundo a CDU: dotar os tribunais de meios e condições para cumprirem as suas funções; insistir na simplificação processual, e na diminuição da burocracia, em ordem a obter maior celeridade na Justiça e dignificar e motivar as magistraturas, os advogados e os oficiais de justiça.

Quanto à grande criminalidade económica «que grassa, impune, na nossa sociedade, é sabido que ela decorre da promiscuidade entre o poder político e o poder económico,



do tráfico de influências, dos grandes negócios, do branqueamento de capitais, da grande fuga ao fisco». Portanto, a CDU considera que «a corrupção prejudica grandemente o desenvolvimento económico e corrói o próprio regime democrático», sendo «absolutamente chocante constatar que no acordo com a chamada troika, para a área da Justiça, não haja uma medida, uma palavra sequer, sobre a corrupção e a criminalidade económica».

«O combate ao crime organizado e à corrupção exige, antes de tudo, uma real vontade política, mas, seguramente, mais prevenção e meios eficazes na investigação. Para uma maior eficácia na perseguição do cri-



me organizado, da corrupção e da criminalidade económica e financeira, há muito a melhorar a investigação criminal», sustenta a CDU. Para isso, a coligação avançou medidas como: romper com as tentativas de controlo governamental da investigação criminal; respeitar a autonomia do Ministério Público e dos seus magistrados na direcção funcional da investigação; revalorizar a Polícia Judiciária, com o preenchimento dos seus quadros e o reforço em métodos e meios periciais avançados. A CDU insiste no reforço do quadro legal existente, no sentido da criminalização do enriquecimento ilícito no exercício de cargos públicos; do combate aos offshore e ao sigilo bancário e o agravamento do regime sancionatório das infracções de natureza económica e financeira.